

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

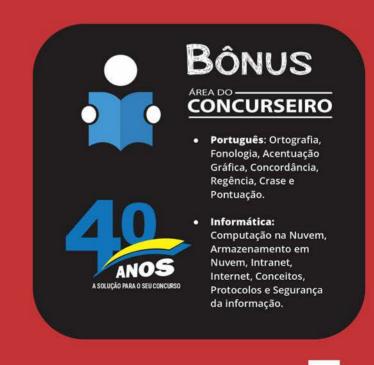
- Língua Portuguesa
- Noções de Administração Pública
- Nocões de Saúde Pública
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

Noções de Informática

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 01/2025, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025



AVISO Solução par o seu concurso IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- x Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- 🗶 Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.editorasolucao.com.br/





SES-SP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Técnico de Enfermagem - Agente Técnico de Assistência à Saúde

EDITAL Nº: 040/2025

CÓD: SL-004NV-25 7908433285922

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2.	Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3.	Domínio da ortografia oficial	18
4.	Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	23
5.	Emprego de tempos e modos verbais	29
6.	Domínio da estrutura morfossintática do período: emprego das classes de palavras	30
7.	Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	39
8.	Emprego dos sinais de pontuação	44
9.	Concordância verbal e nominal	50
10.	Regência verbal e nominal	54
11.	Emprego do sinal indicativo de crase	57
12.	Colocação dos pronomes átonos	60
13.	Reescrita de frases e parágrafos do texto: substituição de palavras ou de trechos de texto. reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	61
14.	Significação das palavras	64
15.	Figuras de linguagem	68
No	oções de Administração Pública	
1.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219	75
1.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	75 82
1.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82
 1. 2. 3. 	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114
 2. 3. 4. 	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121
 1. 2. 3. 4. 5. 	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133
 1. 2. 3. 4. 5. 6. 	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133 135
 1. 2. 3. 4. 5. 	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133 135 139
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133 135 139
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133 135 139
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	Cconstituição do estado de são paulo: título iii – da organização do estado: capítulo i – da administração pública – seção i – disposições gerais – artigos 111 a 115; capítulo ii – dos servidores públicos do estado: seção i – dos servidores públicos civis – artigos 124 a 137; título vii – da ordem social: capítulo ii – da seguridade social – seção ii – da saúde – artigos 219 a 231	82 114 121 133 135 139



ÍNDICE

1.	Epidemiologia e indicadores de saúde: indicadores de nível de saúde da população, sistema de informação no sus e em saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças	178
2.		188
3.	Processos e gestão de trabalho em saúde: processos de trabalho em saúde e gestão de sistemas de saúde	190
4.	Formação e educação em saúde: formação e educação permanente em saúde	195
5.	Organização social e comunitária: a organização social e comunitária, os conselhos de saúde e o pacto pela saúde	196

Conhecimentos Específicos Técnico de Enfermagem - Agente Técnico de Assistência à Saúde

1.	Fundamentos Básicos de Enfermagem: Princípios e técnicas essenciais à profissão	205
2.	Procedimentos Específicos do Técnico de Enfermagem: Atividade prática e cuidados padronizados	208
3.	Política Nacional de Saúde Mental: Diretrizes e ações no atendimento de pacientes com transtornos mentais; Diretrizes de atendimento especializado	211
4.	Noções e Condutas Básicas na Atenção à Saúde: Cuidados na clínica geral e psiquiátrica	212
5.	Programa Nacional de Imunização e Vacinação Ocupacional: Princípios, práticas e cuidados relacionados à imunização	216
6.	Biossegurança; Programa de Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar: Diretrizes e ações	225
7.	Assistência Técnica de Enfermagem: Saúde da criança, da mulher, do adulto e do idoso	231
8.	Assistência Técnica de Enfermagem em Urgência e Emergência: Cuidados específicos em cenários críticos	235
9.	Sinais Vitais: Variações de acordo com a faixa etária, nomenclaturas e fatores correlatos	236
10.	Dados Antropométricos: Uso na assistência de enfermagem e cuidados na admissão, transferência, alta e óbito do paciente	250
11.	Tipos de Dieta e Cuidados de Enfermagem: Uso de sonda nasogástrica, sonda nasoentérica e gavagem	254
12.	Farmacologia; Administração de Medicamentos: Princípios, dosagem, classificação, cálculo, vias de administração, risco ao paciente, terapêutica medicamentosa e noções de farmacoterapia	263
13.	Oxigenoterapia: Métodos e monitoramento	269
14.	Cuidados de Enfermagem a Pacientes com Lesões de Pele: Técnicas e tratamentos adequados; Curativos: Técnicas, potencial de contaminação e medidas preventivas	271
15.	Atuação do Técnico de Enfermagem nas Urgências e Emergências: Traumatismos, fraturas, queimaduras, hemorragias, coma diabético e reanimação cardiopulmonar	276
16.	Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material: Procedimentos e protocolos; Limpeza, Desinfecção e Esterilização: Procedimentos e regulamentações; Esterilização de Material: Procedimentos e cuidados para evitar contaminações	283
17.	O Paciente Cirúrgico: Cuidados pré, trans e pós-operatórios; agravos clínicos e cirúrgicos	302
18.	Saúde Mental: Condutas do técnico em enfermagem, intervenções, sinais e sintomas	324
19.	Primeiros Socorros: Intervenção inicial em situações de emergência	337
20.	Enfermagem em Saúde Coletiva: Vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador	356
21.	Doenças transmissíveis, infecciosas, parasitárias e crônicas; Saúde Coletiva: Doenças endêmicas, epidêmicas e infectocontagiosas	357
22.	Assistência à Criança: Cuidados relacionados à desidratação, desnutrição, verminoses e doenças transmissíveis, com instruções para coleta de sangue, fezes e urina	381
23.	Assistência às Necessidades de Eliminação Urinária e Fecal: Cuidados específicos e suporte ao paciente	393
24.	Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento no pré-natal, parto, puerpério e período neonatal	394



ÍNDICE

1.	Preparo e Coleta de Materiais para Exames: Procedimentos e normas técnicas	404
2.	Controle Hídrico, Higiene, Conforto, Segurança e Bem-Estar do Paciente: Práticas relacionadas ao cuidado integral	409
3.	Imunização: Vacinas, acondicionamento, cadeia de frio, dosagens, aplicação e calendário de vacinação	414
4.	Qualidade e Humanização Institucional: Princípios e práticas de cuidado humanizado	420
5.	Acompanhante Terapêutico: Funções e responsabilidades	420
6.	Doenças de Notificação Compulsória: Identificação e medidas de vigilância	424
7.	Toxicologia Ocupacional: Cuidados e prevenções no ambiente de trabalho	427
3.	Medidas para Evitar Contaminação e Disseminação de Microrganismos: Ações específicas para o Coronavírus (SARS-Covid-2) e outros agentes infecciosos	429
9.	Legislação em Saúde e Enfermagem: Lei nº 10.216/2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental	433
10.	Portaria MS nº 224/92: Estabelece diretrizes e normas em saúde mental	434
11.	Portaria MS nº 2413/98: Dispõe sobre atendimento a pacientes sob cuidados prolongados	437
12.	Portaria MS/SNVS nº 272/98: Fixa os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral	437
13.	Resolução RDC nº 306/2004 da ANVISA: Regulamento técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde	454
14.	Resolução COFEN nº 564/2017: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem	454
_	aterial Digital ocões de Informática	

1.	Conceitos fundamentais de informática: tipos de computadores. conceitos de hardware e software. instalação de	
	periféricos	3
2.	Aplicativos de escritório: edição de textos, planilhas e apresentações no ambiente microsoft 365	8
3.	Noções básicas do google workspace (gmail, documentos, planilhas)	15
4.	Utilização de ferramentas de comunicação como microsoft teams e google meet	17
5.	Sistemas operacionais: noções de sistema operacional (ambiente windows 10 e windows 11)	25
6.	Noções básicas de sistemas operacionais móveis (android e ios)	47
7.	Redes de computadores: conceitos básicos de redes. ferramentas e aplicativos de internet e intranet. navegadores	
	e programas de navegação: mozilla firefox, google chrome e microsoft edge. pesquisa na internet: sítios de busca e pesquisa na internet	49
8.	Correio eletrônico: uso do programa ms outlook e webmails	52
9.	Organização e gerenciamento de informações: gerenciamento de arquivos, pastas e programas	58
10.	Armazenamento em nuvem (onedrive, google drive)	60
11.	Segurança da informação: procedimentos de segurança. noções de vírus, worms e pragas virtuais. aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware)	61
12.	Procedimentos de backup: noções de backup de dados e arquivos. backup em nuvem	66
13.	Noções de transformação digital: conceitos básicos de tecnologias emergentes (inteligência artificial, computação em	68



 ÍNDICE	

Atenção

• Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊ-NEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: "Jorge era infeliz quando fumava", a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase "Jorge era infeliz quando fumava", a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica "pare" por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.



• Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem nãoverbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- Citação: É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- Exemplo: Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- Paráfrase: Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- Paródia: Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- Exemplo: Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CCONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS – ARTIGOS 111 A 115; CAPÍTULO II – DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO: SEÇÃO I – DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS – ARTIGOS 124 A 137; TÍTULO VII – DA ORDEM SOCIAL: CAPÍTULO II – DA SEGURIDADE SOCIAL – SEÇÃO II – DA SAÚDE – ARTIGOS 219 A 231

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989

(Última atualização: ADI - STF nº 6857, de 28/05/2021)

O Povo Paulista, invocando a proteção de Deus, e inspirado nos princípios constitucionais da República e no ideal de a todos assegurar justiça e bem-estar, decreta e promulga, por seus representantes, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência. (NR)

 Artigo 111 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.

Artigo 111-A - É vedada a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para os cargos de Secretário de Estado, Secretário-Adjunto, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público-Geral, Superintendentes e Diretores de órgãos da administração pública indireta, fundacional, de agências reguladoras e autarquias, Delegado-Geral de Polícia, Reitores das universidades públicas estaduais e ainda para todos os cargos de livre provimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado. (NR)

 Artigo 111-A acrescentado pela Emenda Constitucional nº 34, de 21/03/2012. Artigo 112 - As leis e atos administrativos externos deverão ser publicados no órgão oficial do Estado, para que produzam os seus efeitos regulares. A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

Artigo 113 - A lei deverá fixar prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecer recursos adequados à sua revisão, indicando seus efeitos e forma de processamento.

Artigo 114 - A administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de dez dias úteis, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Artigo 115 - Para a organização da administração pública direta e indireta, inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

- I os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (NR)
 - Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- II a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;
- III o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A nomeação do candidato aprovado obedecerá à ordem de classificação;
- IV durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- V as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (NR)
 - Inciso V com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- VI é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, obedecido o disposto no artigo 8º da Constituição Federal;

VII - o servidor e empregado público gozarão de estabilidade no cargo ou emprego desde o registro de sua candidatura para o exercício de cargo de representação sindical ou no caso previsto no inciso XXIII deste artigo, até um ano após o término do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave definida em lei;



VIII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (NR)

- Inciso VIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- IX a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para os portadores de deficiências, garantindo as adaptações necessárias para a sua participação nos concursos públicos e definirá os critérios de sua admissão;
- X a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- XI a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data e por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso; (NR)
 - Inciso XI com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XII em conformidade com o artigo 37, XI, da Constituição Federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (NR)
 - Inciso XII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006, restaurada.
 - Emenda Constitucional nº 46, de 08/06/2018, declarada inconstitucional, em controle concentrado, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da ADI 2116917-44.2018.8.26.0000, com efeitos "ex tunc".

XIII - até que se atinja o limite a que se refere o inciso anterior, é vedada a redução de salários que implique a supressão das vantagens de caráter individual, adquiridas em razão de tempo de serviço, previstas no artigo 129 desta Constituição. Atingido o referido limite, a redução se aplicará independentemente da natureza das vantagens auferidas pelo servidor;

- XIV os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- XV é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, observado o disposto na Constituição Federal; (NR)
 - Inciso XV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XVI os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

- XVII o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, observado o disposto na Constituição Federal; (NR)
 - Inciso XVII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XVIII é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:
 - a) de dois cargos de professor;
 - b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
 - c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (NR)
 - Alínea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XIX a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público; (NR)
 - Inciso XIX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XX a administração fazendária e seus agentes fiscais de rendas, aos quais compete exercer, privativamente, a fiscalização de tributos estaduais, terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
- XX-A a administração tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado, exercida por servidores de carreiras específicas, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com as administrações tributárias da União, de outros Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio; (NR)
 - Inciso XX-A acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.
- XXI a criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção das sociedades de economia mista, autarquias, fundações e empresas públicas depende de prévia aprovação da Assembleia Legislativa;
- XXII depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;
- XXIII fica instituída a obrigatoriedade de um Diretor Representante e de um Conselho de Representantes, eleitos pelos servidores e empregados públicos, nas autarquias, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, cabendo à lei definir os limites de sua competência e atuação;
- XXIV é obrigatória a declaração pública de bens, antes da posse e depois do desligamento, de todo o dirigente de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação instituída ou mantida pelo Poder Público;
- XXV os órgãos da administração direta e indireta ficam obrigados a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA e, quando assim o exigirem suas atividades, Comissão de Controle Ambiental, visando à proteção da vida, do meio ambiente e das condições de trabalho dos seus servidores, na forma da lei;



NOÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

PROGRAMAS DO SUS: ESTRUTURA E ATUAÇÃO DOS PROGRAMAS DO SUS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES E USUÁRIOS

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é estruturado em torno de diversas políticas públicas que visam garantir o acesso universal, equitativo e integral à saúde para toda a população. Essas políticas são elaboradas e implementadas para atender às necessidades de saúde da população brasileira, promovendo a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.

1. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)

O **PMAQ-AB** é uma política pública criada para melhorar a qualidade dos serviços de atenção básica oferecidos no Brasil. Lançado pelo Ministério da Saúde em 2011, o programa visa incentivar os municípios a aperfeiçoarem a gestão dos serviços de saúde e a promoverem um atendimento mais eficaz e acessível.

- Objetivos: O PMAQ-AB tem como objetivo principal ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de atenção básica no Brasil. O programa busca promover a qualificação dos processos de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) e incentivar a gestão baseada em resultados.
- Funcionamento: O programa é estruturado em ciclos de adesão, onde as equipes de saúde das UBS se inscrevem voluntariamente para participar. A avaliação das equipes é feita em três fases: a fase de adesão e contratualização, onde são estabelecidos os compromissos e metas; a fase de desenvolvimento, onde as equipes trabalham para atingir os objetivos pactuados; e a fase de avaliação externa, onde o desempenho das equipes é verificado por meio de indicadores e visitas in loco.
- Impacto: O PMAQ-AB contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade dos serviços de APS no Brasil, promovendo a transparência, o monitoramento contínuo e a valorização das boas práticas de gestão. Além disso, o programa incentiva a participação das equipes de saúde na busca por resultados concretos e melhora a percepção dos usuários em relação aos serviços prestados.

2. Estratégia de Saúde da Família (ESF)

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é uma das principais políticas de atenção primária no Brasil, implementada como parte do SUS desde a década de 1990. A ESF é fundamental para a organização do cuidado à saúde, pois se baseia em uma abordagem territorial e comunitária, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado integral.

- Objetivos: A ESF tem como objetivo reorganizar a atenção básica no Brasil, ampliando o acesso aos serviços de saúde e proporcionando um cuidado mais próximo da população. A estratégia visa fortalecer a APS como a porta de entrada preferencial para o SUS e garantir a integralidade do cuidado, com ênfase na prevenção e na promoção da saúde.
- Funcionamento: A ESF é composta por equipes multiprofissionais, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que atuam em territórios definidos. Essas equipes são responsáveis por acompanhar as famílias ao longo do tempo, realizando visitas domiciliares, consultas e ações de promoção da saúde. O trabalho das equipes é orientado por princípios como a adscrição de clientela, a longitudinalidade do cuidado e a coordenação das ações de saúde.
- Impacto: A ESF é reconhecida como uma das políticas públicas de maior impacto na organização da APS no Brasil. Ela contribuiu para a expansão do acesso aos serviços de saúde em áreas antes desassistidas, para a redução das internações por condições sensíveis à atenção primária e para a melhoria dos indicadores de saúde, como a mortalidade infantil.

3. Rede de Atenção à Saúde (RAS)

A **Rede de Atenção à Saúde (RAS)** é uma política pública que visa organizar o SUS de forma integrada, garantindo a continuidade do cuidado e a integralidade dos serviços de saúde. A RAS busca articular os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e terciária), promovendo a coordenação do cuidado ao longo do percurso do usuário no sistema de saúde.

- Objetivos: A RAS tem como objetivo garantir a integralidade e a continuidade do cuidado em saúde, organizando os serviços de forma que os usuários possam transitar pelos diferentes níveis de atenção de maneira coordenada e eficiente. A RAS busca melhorar a qualidade do atendimento, reduzir as desigualdades no acesso e aumentar a eficiência do SUS.:
- Componentes da RAS: A RAS é composta por várias redes temáticas, cada uma focada em áreas específicas da saúde. Alguns exemplos de redes temáticas são:
- Rede Cegonha: Voltada para o cuidado materno-infantil, promovendo um atendimento humanizado e seguro durante o pré-natal, parto, puerpério e na atenção ao recém-nascido.
- Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): Focada no cuidado integral às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
- Rede de Urgência e Emergência (RUE): Visa organizar e qualificar o atendimento em situações de urgência e emergência, garantindo o acesso rápido e eficaz aos serviços.



• Impacto: A RAS é fundamental para garantir que os cuidados oferecidos pelo SUS sejam contínuos e integrados. Ao promover a articulação entre os diferentes serviços de saúde, a RAS ajuda a evitar a fragmentação do cuidado e melhora a experiência do usuário no sistema de saúde, resultando em melhores desfechos clínicos e maior satisfação dos pacientes.

4. Programa Nacional de Imunizações (PNI)

- O **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** é uma das políticas públicas de saúde mais bem-sucedidas e reconhecidas do Brasil. Criado em 1973, o PNI tem como objetivo controlar, eliminar e erradicar doencas preveníveis por meio da vacinação.
 - **Objetivos:** O PNI visa proteger a população brasileira contra doenças infecciosas que podem ser prevenidas com vacinas, garantindo o acesso universal e gratuito à vacinação. O programa também busca manter elevadas coberturas vacinais, de modo a prevenir surtos de doenças e a controlar a propagação de infecções.
 - Funcionamento: O PNI oferece um calendário de vacinação que abrange todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade. O programa inclui vacinas contra doenças como poliomielite, sarampo, rubéola, difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, febre amarela, HPV, entre outras. As vacinas são oferecidas em unidades de saúde em todo o país, e campanhas de vacinação são realizadas regularmente para aumentar a cobertura vacinal.
 - Impacto: O PNI é responsável por conquistas importantes na saúde pública brasileira, como a erradicação da poliomielite e a eliminação do sarampo e da rubéola congênita. O programa é considerado um modelo de sucesso global em termos de imunização e prevenção de doenças, contribuindo significativamente para a redução da mortalidade infantil e para o aumento da expectativa de vida no Brasil.

5. Programa de Saúde na Escola (PSE)

- O **Programa de Saúde na Escola (PSE)** é uma política pública intersetorial que busca promover a saúde e melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens por meio de ações integradas entre a saúde e a educação. Lançado em 2007, o PSE é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.
 - Objetivos: O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de ensino por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento da saúde dos escolares. O programa busca integrar a saúde e a educação para promover o desenvolvimento saudável e a cidadania entre os jovens.
 - Funcionamento: As ações do PSE são desenvolvidas em parceria entre as escolas e as equipes de saúde da atenção básica. As atividades incluem a realização de campanhas de vacinação, exames de saúde (como avaliação nutricional, saúde bucal e oftalmológica), promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas, e educação sexual e reprodutiva.
 - Impacto: O PSE tem contribuído para a melhoria da saúde dos estudantes e para o fortalecimento das políticas de promoção da saúde nas escolas. O programa também

 desempenha um papel importante na identificação precoce de problemas de saúde, permitindo intervenções oportunas que podem melhorar o desempenho escolar e a qualidade de vida dos jovens.

6. Programa de Controle do Tabagismo

O **Programa de Controle do Tabagismo** é uma política pública que visa reduzir o consumo de tabaco e as doenças relacionadas ao tabagismo no Brasil. Criado pelo Ministério da Saúde, o programa é parte de uma estratégia mais ampla de promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

- Objetivos: O programa tem como objetivo prevenir a iniciação ao tabagismo, promover a cessação do uso de tabaco entre os fumantes, proteger a população da exposição à fumaça do tabaco e apoiar políticas de controle do tabagismo em nível nacional.
- Funcionamento: O programa desenvolve uma série de ações, incluindo campanhas de conscientização sobre os riscos do tabagismo, apoio ao tratamento de fumantes que desejam parar de fumar (como terapia de reposição de nicotina e grupos de apoio), regulamentação da publicidade e venda de produtos de tabaco, e medidas para reduzir a aceitação social do tabagismo (como a proibição de fumar em locais públicos).
- Impacto: O Programa de Controle do Tabagismo tem sido bem-sucedido na redução das taxas de tabagismo no Brasil. O país é considerado um líder global na luta contra o tabagismo, com uma das maiores quedas na prevalência de fumantes nas últimas décadas. Isso resultou em uma significativa redução das doenças relacionadas ao tabagismo, como doenças cardiovasculares, câncer de pulmão e doenças respiratórias crônicas.

7. Política Nacional de Saúde Mental

A **Política Nacional de Saúde Mental** é uma política pública que visa garantir o cuidado integral e humanizado às pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. A política se baseia na reforma psiquiátrica brasileira, que promoveu a desinstitucionalização e a criação de uma rede de atenção psicossocial.

- Objetivos: A política busca assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade, respeitando os direitos humanos e promovendo a inclusão social das pessoas com transtornos mentais. A política também visa substituir o modelo hospitalocêntrico de tratamento por um modelo comunitário e territorializado.
- Funcionamento: A rede de atenção psicossocial (RAPS) é o principal eixo da política, composta por diferentes dispositivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Unidades de Acolhimento, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), os Centros de Convivência e Cultura, e os leitos de saúde mental em hospitais gerais. A RAPS oferece cuidado contínuo, interdisciplinar e integrado, com ênfase na reabilitação psicossocial.
- Impacto: A Política Nacional de Saúde Mental tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, promovendo o cuidado em liberdade e



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS BÁSICOS DE ENFERMAGEM: PRINCÍ-PIOS E TÉCNICAS ESSENCIAIS À PROFISSÃO

A enfermagem é uma das áreas mais fundamentais do cuidado à saúde, sendo reconhecida tanto como uma ciência quanto como uma arte. Sua essência reside no ato de cuidar, promovendo bem-estar, prevenindo doenças e auxiliando na recuperação de indivíduos e comunidades. Para desempenhar esse papel de maneira efetiva, os profissionais de enfermagem precisam dominar um conjunto de conhecimentos teóricos, técnicos e éticos, conhecido como fundamentos de enfermagem.

Os fundamentos de enfermagem fornecem a base necessária para que o cuidado seja não apenas eficaz, mas também humanizado. Esses conhecimentos incluem conceitos de anatomia, fisiologia, microbiologia, farmacologia e psicologia, bem como princípios éticos e legais que orientam a prática profissional. Além disso, abrangem as habilidades técnicas indispensáveis para o desempenho seguro das atividades diárias, como administração de medicamentos, realização de curativos e monitoramento de sinais vitais.

Outro aspecto central dos fundamentos de enfermagem é o desenvolvimento da visão integral sobre o ser humano. O enfermeiro não cuida apenas do corpo físico, mas também considera aspectos emocionais, sociais e culturais que impactam a saúde. Essa abordagem holística reforça o papel essencial da empatia, do respeito e da comunicação no cuidado.

Dada a complexidade e a diversidade das situações enfrentadas no cotidiano da enfermagem, compreender os fundamentos é um passo inicial indispensável para a formação e atuação de profissionais competentes e comprometidos. Essa base sólida não apenas capacita os enfermeiros a executar suas funções técnicas, mas também os prepara para enfrentar desafios éticos, interagir com equipes multiprofissionais e lidar com as necessidades únicas de cada paciente.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM

A história da enfermagem é marcada por sua transformação de uma prática intuitiva e baseada em cuidados informais para uma profissão científica e regulamentada. Este percurso reflete o desenvolvimento das necessidades humanas e das respostas sociais ao cuidado em saúde, desde a antiguidade até os dias atuais. A evolução da enfermagem destaca a importância do conhecimento técnico-científico e da ética no cuidado, bem como a luta pela valorização do trabalho do profissional de

Os Primórdios da Enfermagem

Nos tempos antigos, o cuidado com os doentes estava associado a práticas religiosas ou familiares. No Egito, na Grécia e em Roma, o atendimento era prestado principalmente por mulheres da família ou por sacerdotes que cuidavam do corpo e da alma. Com o surgimento do cristianismo, o cuidado com os doentes ganhou um caráter mais organizado, sendo promovido pelas ordens religiosas. Mosteiros e conventos passaram a abrigar os doentes e a formar pessoas para prestar assistência básica.

Na Idade Média, a enfermagem ficou majoritariamente sob a responsabilidade da Igreja Católica, com as ordens religiosas desempenhando papel central no cuidado. No entanto, as condições precárias e a falta de formação específica tornavam esse cuidado limitado. Com o Renascimento e o avanço da ciência, o campo da saúde começou a se distanciar das práticas religiosas, abrindo espaço para o desenvolvimento da enfermagem como uma prática mais técnica.

► A Revolução de Florence Nightingale

O marco da profissionalização da enfermagem ocorreu no século XIX, com Florence Nightingale, uma das figuras mais importantes da história da profissão. Durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), Nightingale liderou uma equipe de enfermeiras para cuidar de soldados feridos, aplicando medidas de higiene e organização nos hospitais de campanha. Como resultado, ela conseguiu reduzir drasticamente as taxas de mortalidade.

Além disso, Florence Nightingale fundou a primeira escola formal de enfermagem, o que consolidou a enfermagem como uma profissão baseada em treinamento técnico e princípios éticos. Seu trabalho influenciou a criação de políticas públicas de saúde e estabeleceu os alicerces da enfermagem moderna, enfatizando a importância da observação clínica e do registro de dados para o planejamento do cuidado.

► A Enfermagem no Brasil

No Brasil, a enfermagem tem raízes que remontam ao período colonial, quando as ordens religiosas, como os jesuítas, cuidavam dos doentes nos hospitais. No entanto, foi apenas no início do século XX que a profissão começou a se estruturar formalmente. Em 1923, a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery marcou o início do ensino formal no país, seguindo os moldes da escola de Nightingale.



A enfermagem brasileira evoluiu significativamente ao longo das décadas, incorporando avanços científicos e tecnológicos e ampliando seu papel nos sistemas de saúde. Hoje, a profissão é regulamentada por leis específicas e conta com diversos níveis de formação, desde técnicos a enfermeiros especialistas e doutores.

Os Desafios e Conquistas ao Longo do Tempo

Ao longo de sua história, a enfermagem enfrentou desafios significativos, como a desvalorização do trabalho do enfermeiro e a falta de reconhecimento da profissão. Contudo, avanços importantes foram conquistados, como a regulamentação do exercício profissional, a criação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e a ampliação das possibilidades de atuação, como em unidades de terapia intensiva, atenção primária e saúde coletiva.

Além disso, a pandemia de COVID-19 reforçou o papel essencial da enfermagem no cuidado em saúde, destacando tanto a importância da formação técnica quanto do preparo emocional dos profissionais para lidar com situações de alta complexidade.

PRINCÍPIOS ÉTICOS E LEGAIS NA ENFERMAGEM

A enfermagem é uma profissão que lida diretamente com o cuidado humano, frequentemente em momentos de vulnerabilidade física e emocional. Por isso, sua prática exige a observância rigorosa de princípios éticos e legais que assegurem um atendimento seguro, respeitoso e digno. Esses fundamentos éticos e jurídicos não apenas garantem os direitos dos pacientes, mas também norteiam as responsabilidades e condutas dos profissionais de enfermagem no exercício de suas funções.

► Ética e Bioética na Enfermagem

A ética é o conjunto de valores e princípios que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a bioética trata especificamente das questões éticas ligadas à vida, à saúde e à ciência. Na enfermagem, essas áreas são cruciais porque envolvem decisões que podem impactar profundamente a vida dos pacientes.

Os principais princípios éticos aplicados à enfermagem incluem:

- Autonomia: Respeitar as decisões do paciente, garantindo que ele receba informações claras e completas para escolher livremente seu tratamento.
- Beneficência: Atuar sempre visando o bem-estar do paciente, promovendo ações que melhorem sua saúde e qualidade de vida.
- Não maleficência: Evitar causar danos, seja por ação ou omissão, assegurando que as práticas adotadas sejam seguras e baseadas em evidências.
- Justiça: Tratar todos os pacientes de forma igualitária, independentemente de raça, gênero, condição social ou crenças.

Esses princípios éticos são fundamentais para lidar com situações desafiadoras, como pacientes terminais, objeções

Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem

No Brasil, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, publicado pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), orienta a conduta ética dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Esse documento abrange os direitos e deveres dos profissionais, bem como as penalidades em casos de infrações.

Alguns princípios destacados no Código de Ética incluem:

- Respeito à dignidade e aos direitos humanos: Os profissionais devem tratar os pacientes com dignidade e sem discriminação.
- Sigilo profissional: É dever do enfermeiro proteger a confidencialidade das informações obtidas durante o cuidado.
- Proibição de abandono do paciente: O profissional de enfermagem não pode negligenciar o cuidado, mesmo em situações adversas.
- Atualização profissional: É obrigatório manter-se atualizado sobre práticas e conhecimentos técnicos e científicos.

Além disso, o Código de Ética prevê sanções disciplinares para condutas inadequadas, como negligência, imprudência ou imperícia, que podem causar danos ao paciente.

Legislação que Rege a Enfermagem no Brasil

A profissão de enfermagem é regulamentada por leis e resoluções que estabelecem os direitos e deveres dos profissionais, garantindo a segurança dos pacientes e a qualidade do cuidado prestado. Os principais marcos legais são:

- Lei nº 7.498/1986: Conhecida como a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, define as competências e atribuições dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.
- Decreto nº 94.406/1987: Regulamenta a Lei nº 7.498/1986, detalhando as atividades permitidas a cada nível de formacão.
- Resoluções do COFEN: Complementam a legislação ao estabelecer normas específicas para a prática profissional, como a obrigatoriedade da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

Essas regulamentações visam assegurar que os profissionais estejam devidamente capacitados e habilitados para desempenhar suas funções, evitando riscos para os pacientes e promovendo um cuidado de excelência.

Desafios Éticos e Legais na Prática

O cotidiano da enfermagem apresenta desafios que demandam decisões complexas, equilibrando os direitos dos pacientes e as limitações impostas pelo contexto clínico. Alguns exemplos incluem:

• Conflitos de autonomia e beneficência: Quando o paciente recusa um tratamento necessário à sua sobrevivência, o enfermeiro precisa respeitar sua decisão, mas também garantir que ele tenha sido devidamente informado.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE INFORMÁTICA: TIPOS DE COMPUTADORES. CONCEITOS DE HARDWARE E SOFTWARE. INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras "informação" e "automática", reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Fundamentos de Informática

- Computador: é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- Hardware e Software: hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- Sistema Operacional: é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

- Periféricos: são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.
- Armazenamento de Dados: refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.
- Redes de Computadores: são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

- Desktops: são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.
- Laptops (Notebooks): são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.
- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.
- Smartphones: são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.
- Servidores: são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.
- Mainframes: são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- Supercomputadores: são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de "fila" para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.







GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão COMPLETA vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o DESCONTO EXCLUSIVO que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!